



▲ MUDANÇA - O ex-senador Márcio Lacerda disse, ao tomar posse, que há meios de explorar a reserva de forma racional

Funai apóia exploração sustentável de reservas

Brasília (AG e AE) - O novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), o ex-senador José Márcio Panoff Lacerda (PMDB-MT), defendeu ontem, ao tomar posse, a exploração econômica de áreas indígenas. Lacerda disse que a exploração legal de madeira e garimpo em terras indígenas pode ser uma fonte de recursos para as comunidades. Ele lembrou que há vários projetos nesse sentido em tramitação no Congresso que podem ser aproveitados, mas ressaltou que qualquer tipo de utilização econômica nas reservas deve ser feita de forma assistida e orientada.

"A proibição resultou em danos mais graves do que aqueles que se pretendeu prevenir: o garimpo clandestino, a exploração predatória da madeira de lei, a biopirataria", afirmou.

Lacerda assumiu o cargo em substituição a Sullivan Silvestre, que morreu no mês passado vítima de um acidente de avião. Durante cerimônia no Ministério da Justiça, o novo presidente da Funai fixou duas metas prioritárias de sua gestão. Ele promete até o ano 2.000, na passagem dos 500 anos do descobrimento do Brasil, regularizar todas as demarcações de áreas indígenas pendentes.

Também pretende agilizar a aprovação do Estatuto do Índio, um projeto de lei previsto na Constituição de 1988 que até hoje não foi votado pelo Congresso Nacional.

"A Constituição de 1988 emancipou o índio e conferiu-lhe plena cidadania, mas até hoje não se aprovou o novo estatuto", explicou. "Queremos um estatuto que reflita uma política realista, voltada para proporcionar às sociedades indígenas o legítimo direito de explorar em base racionais os recursos naturais existentes em suas terras", defendeu.

Lacerda considera indispensável a criação de mecanismos legais que garantam a preservação do ambiente e a destinação de parte do dinheiro obtido com as atividades econômicas aos índios. Para o novo presidente da Funai, a tentativa de preservação absoluta das reservas indígenas impediu o aproveitamento econômico dessas áreas sob o amparo da lei, contribuindo para que o acesso dos índios à sociedade não-índia ocorra pela porta da ilegalidade.

"Esses mecanismos supostamente de proteção fazem com que o processo de aculturação se dê pelo pior caminho", afirmou ele, após a cerimônia prestigiada pelo presidente

da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e o cacique Mário Juruna.

Crítico das práticas assistencialistas que historicamente dominaram a relação da Funai com os índios, Lacerda defendeu o desenvolvimento sustentável dos grupos. Ele sugeriu ainda a concessão de benefícios, como mais recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, às prefeituras de cidades vizinhas às reservas. Isso, segundo o novo presidente, estabelecerá uma maior integração entre os índios e a população não-índia.

Problemas - Lacerda vai assumir um dos órgãos mais problemáticos do governo federal, sem dinheiro e com uma estrutura antiga, ainda do período do regime militar. Hoje, pelo menos 70% das 563 áreas existentes no Brasil, onde vivem cerca de 350 mil índios, estão com problemas de invasão ou pendências jurídicas. Em pelo menos 11 delas, a probabilidade de conflitos é constante.

A situação mais delicada é a da área Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde os índios macuxis, uapixanas e ingaricós tentam manter a demarcação contínua da reserva, conforme determinou o governo. Isso, porém, contrariaria fazendeiros.